

CÂMARA NEGOU LICENÇA PARA PROCESSAR MÁRCIO

“UMA DECISÃO POLÍTICA”

RIO, 12 (Asspress) — Precedente de Belo Horizonte, chegou à Guanabara o presidente da República, marechal Costa e Silva. Logo após sua chegada, o chefe do governo foi informado a respeito do resultado da votação na Câmara Federal negando licença para processar o deputado Márcio Moreira Alves. O marechal Costa e Silva permanecerá na Guanabara até o dia 22.

GENERAIS COM COSTA E SILVA

RIO, 12 (Asspress) — A Secretaria de Imprensa do Palácio das Laranjeiras informou que não será divulgada nota oficial a respeito da rejeição ao pedido de licença para processar o deputado Márcio Moreira Alves.

Houve uma reunião entre o presidente Costa e Silva com os generais Orlando Geisel, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas; Lira Tavares, titular da pasta do Exército, e Jaime Portela, chefe do gabinete militar da presidência da República, além do chefe do ENI. Terminada a reunião, nenhum dos participantes prestou qualquer informação à imprensa sobre o assunto discutido, tendo o general Lira Tavares e o chefe do ENI saído do palácio pelas portas laterais, para evitar qualquer contato com os jornalistas.

Enquanto isto, o general Jaime Portela, instado pela reportagem, disse que “nada tinha a declarar à imprensa”, entrando em seguida no seu carro oficial.

O general Orlando Geisel, por seu turno, acentuou que

não foi discutida na reunião a importante decisão da Câmara Federal.

Na oportunidade foi travado o seguinte diálogo:

— “General, algo sobre a reunião?”

— “Nada. Apenas vim cumprimentar o presidente da República.”

— “Foi discutida a decisão da Câmara?”

— “Qual foi o resultado?”

— “A Câmara negou licença para processar o deputado Márcio Moreira Alves”.

— “Vocês estão mais informados do que eu. Lamento não dispor de tempo para obter melhores informações.”

A OPINIÃO DOS MINISTROS MOURÃO FILHO E JOÃO MENDES

RIO, 12 (Asspress) — A respeito da decisão da Câmara negando licença para processar o deputado Márcio Moreira Alves, o ministro Mourão Filho assim se referiu: “A

Câmara votou, pela maioria, de acordo com o artigo 34 da Constituição Federal”.

Por sua vez, o ministro João Mendes disse: “Gostaria de ter a liberdade de emitir a minha opinião em que militava na política para manifestar nesta oportunidade a minha opinião. Mas na qualidade de juiz tenho que me preservar e não disponho daquela capacidade de dizer as coisas com a desenvoltura com que falam os políticos. O desdobramento disto pode até vir aos tribunais e ser insensato, na qualidade de juiz, eu falar sobre esses fatos”.

RONDON PACHECO: — FOI DECISÃO POLÍTICA

BELO HORIZONTE, 12 — (CP) — O chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, ministro Rondon Pacheco, afirmou hoje, antes de conhecer a decisão da Câmara de Deputados no episódio do pedido de licença para processar o deputado Márcio Moreira Alves, que o caso “foi colocado em termos eminentemente políticos”.

A declaração de Rondon Pacheco foi feita às 11 horas, logo após desembarcar nesta capital, tendo informado, a pedido dos jornalistas presentes, que novos processos contra deputados, se surgissem, seriam da competência do Ministro da Justiça.